

capítulo II

O negro em São Paulo: da senzala à periferia



Foto da chácara do Bixiga - ano de 1864. Toda esta área hoje pertence à Praça da Bandeira. Antigamente chamava-se Largo do Bixiga ou Piques. Neste Largo fazia-se leilões de escravos e feira de mercadorias. (Coleção Italo Bagnoli). DIM-DPH-SMC-PMSC.

O escravo em São Paulo

O processo de segregação racial urbana em São Paulo deve ser apreendido pelo processo histórico, situado em fins do século XIX. Esse corte temporal tem como objetivo expor a configuração espacial urbana marcada por relações sociais que dinamizam a vida pública das ruas pelo encontro das classes sociais, no qual a cultura africana constitui presença marcante, tanto por atividades econômicas quanto culturais. É também o momento em que se configuram políticas públicas com vistas à modernização da cidade que impuseram impactos sobre aquela sociedade.

Não obstante o fato de haver trabalhador escravo e livre na cidade, a historiografia da escravidão em São Paulo mostra sua inexpressiva presença na província nos séculos anteriores.

Segundo Queiroz (1977), a escravidão em São Paulo ocorreu tardiamente, tornando-se efetiva apenas no século XX. O isolamento geográfico, segundo a autora, seria um dos fatores que teriam impedido o estabelecimento de uma economia baseada em culturas comerciais e com grande quantidade de escravos. Nesse sentido, na região paulista, instalou-se uma agricultura de subsistência incapaz de fomentar riquezas que possibilitassem a importação de volume significativo de africanos.

A partir do século XVIII teria ocorrido o aumento na importação de escravos para São Paulo, destinados a suprir as necessidades das jazidas de ouro em Minas Gerais. Mas o afluxo de escravos dar-se-ia mais continuamente à capitania paulista com a instalação da grande lavoura de cana-de-açúcar no interior. Pelo porto do Rio de Janeiro, a mão-de-obra escrava importada era encaminhada para algumas áreas do oeste velho

paulista. Em Campinas, a cana-de-açúcar tornara a região um importante centro comercial e produtor de alimentos. Em diversas regiões de São Paulo, os canaviais apareciam na paisagem e os escravos moviam essa economia.

Com o café viria a maior quantidade de escravos (VIOTTI DA COSTA, 1997:69). Para a autora, em São Paulo, nunca chegara a existir um número de escravos comparável ao das regiões do Nordeste ou a zona de mineração. Teria sido o desenvolvimento da produção açucareira, mas sobretudo o do café o motor da importação de escravos para a região paulista. Em 1887, São Paulo e Rio de Janeiro vão contar com 50% da população escrava do país.

Os estudos sobre a escravidão em São Paulo tomam como exemplo a economia mais dinamizada pela expansão dos cafezais a partir do vale fluminense e entrando no Vale do Paraíba (SP). Deslocando os canaviais do Oeste, o café vai empurrando também "os lavradores que produziam alimentos, provocando a abertura de novas fronteiras e, ao mesmo tempo, uma apropriação de excedentes de valor nessas terras já trabalhadas anteriormente" (CARRIL, 1995:55); além disso, será o responsável pelo processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Privilegiar a análise das regiões dinâmicas é, segundo Blaj (2001:242), decorrência de uma parte da historiografia que, nas décadas de 1950 e 1960, se preocupou com o desenvolvimento brasileiro, destacando os temas desenvolvimento/subdesenvolvimento ou centro/periferia. Assim, os centros exportadores são vistos como "áreas dinâmicas" da economia colonial: o Nordeste açucareiro, sucedido por Minas Gerais com a mineração. Assim, nesses momentos, São Paulo é interpretada como área periférica, "apenas vista como fornecedora de mão-de-obra indígena" ou "pólo de desbravamento territorial realizado pelos bandeirantes".

Neste trabalho, consideraremos que a escravidão instituiu um sistema socioeconômico cujo aparato entrelaçou não só todo o conjunto da economia, mas também as relações sociais, políticas e jurídicas. O objetivo principal de uma economia capitalista não poderia deixar de ser o máximo de lucratividade, não só na colônia, mas fora dela. O tráfico atesta a importância da manutenção da mão-de-obra africana e a exclusão do camponês, o qual se estrutura segundo as necessidades da fazenda, do senhor e da economia escravista ou em lugares mais afastados das zonas produtoras. Segundo Martins (1986:37), o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro e não na fazenda; o sentido dessa economia encontrava-se no fato de que "permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda

capitalizada”, ou seja, “fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias”. Por essa via, a propriedade da terra mantinha-se pela manutenção da escravidão.

O escravo africano, ao ser incorporado à economia cafeeira paulista, confere à região maior concentração de capitais nas mãos dos fazendeiros, que, enriquecendo, promoveram também a diversificação de suas atividades que, como já vimos, é também direcionada para atividades industriais.

Dois legislações em 1850 são importantes para entendermos a passagem para o trabalho livre. A Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico de escravos e a Lei de Terras estabeleceu a compra de terras após a extinção do regime de sesmarias. Ambas provocaram mudanças significativas com relação aos braços para a lavoura cafeeira e para a reordenação do acesso à terra com a crise do sistema escravista.

A Lei Eusébio de Queiroz decretou a cessação do tráfico de escravos no Brasil, realizando o que a lei de 1831, que mandava repatriar os africanos que viessem de fora da Regência, não conseguiu. Segundo Viotti da Costa (1997), esse fato se explica porque, paralelamente às pressões contra a escravidão, a economia cafeeira em expansão necessitava cada vez mais de braços e a mentalidade senhorial via na propriedade do escravo e na terra a fonte de seu poder.

A Lei de Terras, decretada em 1850 e regulamentada em 1854, teve como objetivo regular a propriedade territorial. O novo corpo legislativo determinou a revalidação das sesmarias ou de outras concessões do governo imperial desde que estivessem cultivadas. Mas o artigo 6º indicava que não seria tomado o princípio de cultura para a legitimação da posse. Nem simples roçadas, derrubadas ou queimadas ou o levantamento de campos seriam considerados. Além disso, pelo artigo 8º, os posseiros deveriam demarcar e medir suas propriedades nos prazos estipulados pelo governo; do contrário, perderiam seus direitos (VIOTTI DA COSTA, 1997:115-6). Esses últimos aspectos, segundo a autora, revelariam que a propriedade da terra não seria obtida por boa parte da população humilde do campo.

As últimas décadas do século XIX anunciaram a crise do sistema escravista. Tanto a Lei do Ventre Livre (1871) como a do Sexagenário (1884-1885) anunciam seu fim. A campanha abolicionista, a ação dos caifazes¹ e a

1. Associação em São Paulo, liderada por Antônio Bento, que atuou diretamente para a libertação dos escravos, providenciando a fuga destes e sua alforria.

entrada massiva de imigrantes (Lei Provincial nº. 42, de 30 de março de 1871), com subsídio das despesas de viagens dos imigrantes pelo governo e a construção da Hospedaria do Imigrante, no Brás, em São Paulo, para o imigrante se instalar e aguardar antes de se dirigir aos locais de trabalho, compõem um quadro cujo término é a abolição da escravatura.

A fragilidade da instituição escravista tornou-se evidente a partir de 1850; a perda de controle dos senhores sobre a manutenção do regime cativo deixou-os em situação vulnerável. Atestam esse fato: o elevado número de crimes contra os senhores, as constantes fugas e a evasão dos escravos das fazendas (MACHADO, 1987).

Segundo Machado, há uma mudança na forma de serem conduzidos os mecanismos de coerção da mão-de-obra escrava. As relações paternalistas que muitas vezes permearam o relacionamento da camada dominante com seus subordinados se tornaram ineficazes para a contenção das rebeliões dos escravos. As punições e os castigos antes aplicados por senhores e feitores passaram a ser tratados no âmbito da justiça: "O temor aos escravos permeou a instituição escravista e encontrou na Justiça, especial ressonância com a repressão exemplar dos crimes contra a autoridade senhorial" (1987:34-5).

Em seu livro *O plano e o pânico*, Machado aponta para o fato de que, a partir de 1885, os escravos passaram a não mais obedecer aos feitores, reivindicando liberdade e, por fim, abandonando em levas as fazendas, caracterizando-se assim o desmoronamento da ordem vigente.

Vozes de abolicionistas e de liberais, como Joaquim Nabuco e André Rebouças, explanavam tanto a respeito da necessidade de se abolir a escravidão quanto de se erradicar a concepção de trabalho da mentalidade dominante por uma reforma educacional e pela reforma agrária, para introduzir a pequena produção, a extensão do direito à educação básica e técnica e a garantia do direito à propriedade. Havia uma preocupação com relação ao destino dos libertos, por isso a Abolição era vista apenas como uma etapa para a construção de outra sociedade (MACHADO, 1994).

Indubitavelmente, esse contexto em que se situam os marcos da libertação dos escravos e ao mesmo tempo da criação de mecanismos que impedirão o acesso às terras e ao trabalho nos auxilia a abarcar a historicidade da presença/ausência do negro na cidade, ao mesmo tempo em que nos permite entender a sociedade que foi sendo construída.

A cidade de São Paulo, territórios e desigualdade em fins do século XIX

No século XVII, a cidade assemelhava-se ainda a um conjunto de povoados - uma paisagem rural simbolizada por chácaras, sítios e cercanias. Nela, os escravos assumiam os trabalhos rurais e domésticos. Enquanto isso, a vida urbana constituía-se de atividades realizadas por senhores e proprietários de terras: passeios, festas e atividades religiosas que aconteciam nos fins de semana. A área central também era visitada para as atividades político-administrativas (VÉRAS, apud OLIVEIRA, 2002:28).

Chácaras que mais tarde se transformariam em bairros circundavam a pequena cidade. As ruas não eram iluminadas, a população dormia cedo, a calma e o silêncio eram quebrados apenas pela passagem das tropas que desciam, carregadas, em direção a Santos. Havia ainda ruas escuras e esburacadas em meio a casebres pobres, circundados por matagais, propícios a esconderijos de escravos fugidos (SCHWARCZ, 1987:41).

A construção da Escola de Direito em 1827 foi um marco para a cidade, a qual teve seus costumes e hábitos alterados com a circulação de estudantes, em grande parte filhos dos cafeicultores. A agitação estudantil quebrou o ritmo pacato da cidade, que só retornava a seu antigo estado durante as férias escolares (SCHWARCZ, 1987:44).

Em 1840, a cidade contabilizava em torno de 20 mil pessoas. O recenseamento de 1836 contou 21.933 habitantes, distribuídos pelas seguintes freguesias: área central (ruas XV de Novembro, Direita e São Bento), 5.668 habitantes; Santa Efigênia, 3.064 habitantes e Brás, 659 habitantes. Foram contabilizados 9.391 habitantes distribuídos no "cinturão rural", constituído pelas áreas de Nossa Senhora do Ó, Cotia, M'Boi (Embu), Penha, São Bernardo e Guarulhos (VÉRAS, apud OLIVEIRA, 2002:29).

Com o café, viriam outras alterações importantes para a definição de um padrão nitidamente urbano em São Paulo, como novas formas de construções, arruamentos e embelezamento da cidade, demandadas pela aristocracia do café: lojas de tecidos, destilarias, charutarias, lojas de crédito e escolas destinados a essa camada economicamente ascendente (SCHWARCZ, 1987:45). Buscava-se importar hábitos e costumes associados à civilização européia, ou seja, trazer a modernidade para a cidade.

A partir de meados do século XIX, a cidade de São Paulo ganha impulso econômico. A expansão da economia cafeeira para o interior lhe impõe novas demandas, como ter sido transformada em ponte para o transporte e o escoamento de café por meio da construção de ferrovias. Em 1867, foi construída a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, conhecida como a Inglesa. Em seguida, vieram mais quatro: Cia. Paulista; Cia. Ituana; Cia. Sorocabana e Cia. Mojiana. A última linha dessa rede que, tinha São Paulo como centro, foi a Cia. São Paulo e Rio de Janeiro (posteriormente Central do Brasil), ligando São Paulo à capital do país (MORSE, 1970). A cidade estabelecia a conexão entre as regiões produtoras, o porto e a capital do país.

A vasta extensão de terras propícias à agricultura existente a partir de Sorocaba, e, posteriormente, o próprio planalto paulista, em direção ao Paraná é outro fator fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade (CARONE, 2000). Para o autor, a ferrovia, o café e as terras são as riquezas que explicarão os 150 anos nos quais a economia cafeeira proporcionará uma série de outras atividades produtivas.

A imigração como alternativa para a crise do sistema escravista também deve, segundo Carone (2000), ser considerada ator explicativo para as novas paisagens assumidas pela cidade. Em um primeiro plano, ela, futuramente, constituirá uma ideologia modernizadora, cuja responsabilidade caberá ao movimento operário e, por outro lado, representará o abastecimento da mão-de-obra para o campo e a cidade. Mais à frente, a industrialização e à urbanização servirão de nítida diferenciação que opõe a cidade ao campo.

Como a Lei de Terras de 1850 (Lei 601) dispunha que todos os procedimentos para obter a terra seriam regidos sob a forma da compra devidamente registrada, o reconhecimento do proprietário se desvincula da condição de efetiva ocupação e se estabelece pela mediação do dinheiro, transformando-se em mercadoria. Segundo Martins (1986), essa legislação tornou-se premente como forma de impedir ao trabalhador livre o acesso à terra - meio de produção, pois:

Se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras livres da fronteira agrícola, onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras. (MARTINS, 1986:122).

No espaço urbano, tanto ex-escravos quanto trabalhadores livres e imigrantes permaneceram excluídos da propriedade da terra, vindo a formar uma camada de mão-de obra disponível para o capital. Ao longo da formação territorial urbana, eles também compuseram os bolsões de miséria da cidade: "territórios sem cidadãos - espaços e lugares lisos, carentes e desprovidos do atendimento das necessidades sociais, culturais e econômicas" (SANTOS, 1993:43).

Neste período, já é possível identificar um mercado de terras na cidade de São Paulo:

A partir de 1860, tudo indica que tem curso um rápido processo de diferenciação dos espaços da cidade com a definição de nova localização para o mercado (1860), e o Triângulo definindo-se como área puramente comercial, sendo na segunda metade do século XX o verdadeiro centro da cidade (SEABRA, 1987:29).

A existência de um mercado de terras na cidade, segundo Seabra (1987), evidencia o estabelecimento do direito que os proprietários urbanos adquirem de cobrar remuneração para sua riqueza, concretizada, no caso, pela imobilização da terra à possibilidade do uso social. O processo de crescimento horizontal da cidade de São Paulo em fins do século XIX coloca em marcha a maior valorização dos terrenos da cidade e as que iam sendo ocupadas além dos limites centrais. A autora explica:

Essa constatação indica a existência do mecanismo de retenção de terras com vistas à apropriação de rendas fundiárias que o crescimento da cidade por si só tornava possível. Ao mesmo tempo põe em evidência a articulação subjacente entre o movimento da riqueza e a propriedade da terra (SEABRA, 1987:32).

Para a construção da cidade, a separação entre a propriedade e a efetiva ocupação significou o aparecimento do loteamento, o desenho de ruas e lotes prévios à construção, cujo lastro foi o Estado como agente de intervenção, que por meio da legislação promoveu a forma do urbano. A antiga configuração urbana teve de passar por regularização, uma vez que os limites precisos do terreno passam a ser importantes quando se trata de a ele atribuir um preço e de registrá-lo como propriedade definitivamente privada e, portanto, subtraída da esfera comunal (ROLNICK, 1997:25).

O aspecto da legalização dos terrenos e dos planos de arruamentos e/ou alinhamento reside na necessidade de disciplinar o espaço, ordenar as ruas ou introduzir uma racionalidade na cidade. É nesse sentido que se estabelece uma diferenciação social, étnica e territorial nos significados entre espaço público e espaço privado.

A legislação urbanística, mediante o Código de Posturas Municipais de 1886, estabelecia um espaço ambíguo para os pobres na cidade de São Paulo, propondo o modelo das vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas em fileiras, sempre na periferia dos núcleos urbanos. Condenava a existência de habitações coletivas, identificando a alta densidade desses territórios com a impossibilidade de se obter uma vida saudável e incompatível com o progresso civilizado da nação. A lei propunha também calçadas largas para a circulação e passeios a pé no estilo das cidades européias.

O modelo de cidade que se tentava estabelecer deixava de fora os tipos de habitação e atividades, como cortiços, profissões de rua e agenciamentos não familiares. Constituíam-se, assim, uma área de marginalidade social urbana que continha, em um primeiro plano, os negros e, mais tarde, os imigrantes.

No entanto, os aspectos da cidade escravista não revelavam ainda a segregação espacial. Nas áreas centrais havia locais de moradia e locais de trabalho, escravos e senhores circulavam. A periferia era o "cinturão caipira" e "local de ricas chácaras". A grande mudança em direção a uma segregação territorial veio com a divisão entre "territórios específicos e separados para cada atividade e cada grupo social" (ROLNICK, 1997). O espaço passa a revelar uma geografia de bairros proletários e de loteamentos burgueses. Aliados a essa espacialização desigual da riqueza encontraram-se os investimentos públicos e as regulamentações urbanísticas. Nesse momento, a história do crescimento da cidade estará ligada à definição de espaços com melhores qualidades urbanísticas destinados às elites: "Nesse episódio se esboça o fundamento de uma geografia social da cidade, da qual até hoje não se conseguiu escapar" (1997:19).

Essa geografia social da cidade revela a lógica embutida na constituição da metrópole, baseada na forma de acesso à terra e nas políticas de modernização urbana. As periferias constituíram-se em um processo pelo qual haverá a disputa pelo solo urbano e a constituição de duas cidades

em São Paulo, uma seguindo a legislação que regulamenta a ocupação e outra ilegal (ROLNICK, 1997).

Quais eram as diferenciações sociais, étnicas e territoriais existentes no momento da legislação de 1886?

Conforme a autora, a venda nas ruas estabeleceu contatos, permitiu a troca de informações e garantiu a sobrevivência de quilombos urbanos. A Mata ou Quilombo do Saracura (Campos do Bixiga) era um grotão onde se podia viver de coleta, pesca de peixes e caranguejos de água doce. No bairro do Ypiranga havia uma olaria que apoiava fugas ou servia de abrigo provisório para os escravos fugitivos que desciam a serra em direção ao Quilombo do Jabaquara, em Santos. Outros pontos do território negro urbano eram os mercados (rua das Sete Casinhas e mercadinho de São João); ali também se situavam os herbanários africanos. Entre as ruas Riachuelo e Tabatinguera (região do largo de São Gonçalo) localizava-se um pelourinho e próximo ao paredão do Piques paravam os tropeiros vindos dos antigos núcleos coloniais do entorno da cidade com gêneros alimentícios, animais e artesanatos para vender.

O negro no serviço doméstico seja como escravo ou liberto, definia uma linha contígua entre o território negro e o espaço senhorial. Havia o espaço das fontes, das bicas d'água e dos rios onde os escravos iam buscar água e escravas iam lavar roupa para seus senhores, mas constituíam também o lugar da sociabilidade.

De acordo com Silva (1995), o pequeno comércio de rua dos escravos destinava-se a abastecê-los com gêneros, como aguardente e fumo, produtos do desvio do comércio organizado e comercializados a preços acessíveis, contra os quais diversas posturas municipais se voltavam, enquanto o comércio era associado ao banditismo. Para a autora, o comércio de rua dos escravos, na cidade de São Paulo, representava uma parte da aculturação e da difusão de costumes os mais diversos - um verdadeiro "sincretismo urbano, no qual se misturavam quitandas de bugre e quitandas baianas" (1995:160-1).

As irmandades religiosas também desempenhavam um papel fundamental na "cartografia africana da cidade". As duas mais importantes - a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a de Nossa Senhora dos Remédios - representaram, nesse momento, um importante espaço da cultura africana. Na segunda irmandade, a rede dos Caifazes atuou no sentido de promover a libertação dos escravos (AMARAL, 1991).

Os quartos de aluguel eram a forma predominante de moradia dos negros de São Paulo, localizados em casas de cômodos e porões da Sé, ou em pequenas aldeias nas periferias, nas freguesias de Nossa Senhora do Ó e da Penha. Em 1866, havia na cidade em torno de 11 mil negros, sendo escravos apenas 593. O desmonte do chamado Centro Velho - território simbólico dos negros na cidade - durante a gestão de Antônio Prado (1899-1911) intensificou a modernização da cidade. Estava implícito no Plano de Melhoramentos da Capital que era necessário apagar os vestígios dos traços afro-brasileiros e acentuar um processo de europeização, conferindo uma imagem metropolitana a São Paulo. Com a redefinição do espaço urbano, novos territórios negros apareceram: no sul da Sé, na região dos Lavapés, nos campos do Bixiga, na Barra Funda e em Santa Ifigênia. Já se iniciava o processo de segregação racial urbana. (MAPA 1, MAPA 2 e MAPA 3)

A horizontalização da cidade de São Paulo e o padrão periférico

A população da cidade em 1890 era de 65 mil habitantes, aumentando graças a entrada de imigrantes. Essa mão-de-obra se somará, assim, a um contingente preexistente no Brasil, formado por trabalhadores livres, ex-escravos, negros, pardos e brancos, na disputa por condições de trabalho e moradia na cidade de São Paulo.

Essa disponibilidade de trabalhadores será a base sobre a qual se assentará o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, constituindo o trabalho nas indústrias têxteis, nascentes na cidade, um dos motores do crescimento econômico, baseado nas possibilidades de exploração econômica desse exército de reserva de trabalhadores. Devemos considerar ainda os elementos psicosociais produzidos no interior da comunidade recém-saída da escravidão², conforme nos chama a atenção a análise de Andrews (1998) sobre o fato de que as oportunidades para os trabalhadores negros serão tão limitadas que, muitos deles, serão conclamados a substituir o trabalhador fabril durante as greves:

2. Ver: FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1978. e CARONE, I. Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

Mas além do racismo generalizado da época havia o fato de que a exclusão de trabalhadores negros do emprego industrial criou uma 'reserva' clássica de força de trabalho - um exército de desempregados que podiam ser convocados em qualquer época para interromper greves, destruir os esforços de sindicalização e manter os salários baixos (1998:109).

A questão da moradia das classes populares encontra-se no centro desse processo. À medida que a cidade crescia, os trabalhadores tiveram de buscar alternativas para o problema da habitação. O cortiço aparece como consequência dessa nova relação de exploração do trabalho, em que tanto o ex-escravo quanto o imigrante serão obrigados a habitar moradias coletivas, sem infra-estrutura e saneamento básico, pois todos precisam adquirir, com seu dinheiro, os meios para sobreviver.

No final do século XIX, a proximidade entre os bairros evidenciava um contato entre as classes sociais. A oposição, na verdade, ocorria no binômio casa-rua e na definição dos papéis e hierarquias sociais. Na visão elitista, a rua era o espaço da "devassidão", de um domínio imoral - escravos, forros, quitadeiras, lavadeiras e tabuleiras - circulavam e marcavam um "território negro" (ROLNICK, 1997:34). Agora, a espacialização dos territórios populares levava-os para locais distantes, sem que nem o poder público nem as camadas médias e altas da população os visualizassem.

O artigo 20 do Código de Posturas do Município de 1886 proibia a construção na capital, a não ser que a ocupação de um terreno ocorresse:

[...] com mais de 15 m de largura, tivesse uma separação de pelo menos 5 m entre cada linha de cortiços, no caso de constar de uma só peça deveria ter pelo menos 5 m quadrados de área, janelas de no mínimo 90 cm, pé-direito de 4 m, e 20 cm de elevação em relação ao solo (ROLNICK, 1997:36).

Segundo a autora, outras exigências foram feitas em relação aos cortiços, mas não havia nenhuma evidência de que seriam atendidas, pois se encontravam muito além da realidade social.

Passa a existir grande concentração de construções aprovadas nos bairros de elite e aprovações dispersas nos bairros populares. Nesse sentido, os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis foram ocupar as planícies

populares, formando os bairros dos trabalhadores. O que vai se evidenciando, na verdade, é que enquanto a lei se torna concreta para uma parte da cidade, para outra parcela ela não pode ser colocada em prática, em primeiro lugar porque se tratam de camadas sociais de baixo poder aquisitivo que não podem pagar pelos melhoramentos públicos e, em segundo, porque o Estado, como poder público, não se volta para os problemas das classes desprovidas e não atende às necessidades do crescimento urbano. Em consequência disso, consideráveis extensões da cidade de São Paulo serão ocupadas sem qualquer infra-estrutura.

Os baixos salários e as longas jornadas de trabalho convergiram para que os trabalhadores se fixassem perto dos locais de trabalho e ao longo das estações ferroviárias. O transporte era realizado por bondes que percorriam curtas distâncias.³ Os cortiços, onde se aglomera a população pobre, aparecem como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos (KOWARICK e ANT, 1994).

A cidade de São Paulo, em fins do século XIX e início do o XX, era bastante concentrada e a presença de cortiços não era vista com bons olhos pela elite paulistana. Pelo contrário, tratava-se de locais percebidos com suspeição e preconceito, evitados pela falta de higiene e promiscuidade que se associava ao número de famílias aglomeradas em espaços que se tornaram geradores de doenças, como a febre amarela. Quando ocorreu a epidemia, em 1893, foi apresentado à Câmara Municipal um relatório contendo sugestões para remover esse tipo de moradia do centro da cidade, dada a incidência de patologias biológicas e sociais. Planos de melhoramentos e posturas municipais foram impondo normas de urbanização que proibiam as moradias coletivas, mas, longe de resolverem o problema habitacional, brechas legais favoreciam aglomerados urbanos para a classe mais pobre habitar, sem que o Estado atuasse na solução do problema social.

3. A companhia responsável pelos meios de transportes na cidade de São Paulo desde o século XIX era a Light Tramway Co, companhia canadense que atuou como monopólio na prestação de serviços públicos - de gás, energia e transporte, além de se responsabilizar pela construção de usinas geradoras de energia (Usina de Traição), pela retificação dos rios Tietê Pinheiros e pela reversão do curso do rio Pinheiros. Como empresa capitalista, a Light não se interessava em estender os transportes a distâncias maiores por considerar sua baixa rentabilidade em termos de lucros. Ver: SEABRA, O. C. de L. Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado). FFLCH USP. São Paulo, 1987.

As novas áreas mais nobres que surgiam, como os bairros dos Campos Elísios, Higienópolis e avenida Paulista iam se distanciando dos cortiços e dos bairros operários, como Brás, Moóca, Bom Retiro e Lapa.

Segundo Kowarick e Ant (1986:76), nas primeiras décadas do século XX, a população vivia predominantemente em moradias coletivas, consideradas padrão de moradia das classes mais pobres. No entanto, ainda assim, formava-se em torno deles um mercado de aluguéis. Os casarões e outras modalidades de edificação foram colocados em um rentável mercado imobiliário. Até a década de 1940 ela continuou a ser dominante na cidade. Só a partir da década de 1950 ocorrem mudanças na forma de habitar dos pobres com o desenrolar do processo de "metropolização-periferização" da cidade. A formação de periferias em São Paulo expande-se por meio da alteração das vias de transportes, possível apenas com a circulação de ônibus pelas ruas percorrendo distâncias maiores. Além disso, o congelamento dos aluguéis em 1942 se representou um alívio para os trabalhadores, a médio e longo prazo propiciou a não renovação de contratos de locação, a diminuição na oferta e até ações de despejo e, por sua vez, acarretaram a busca de novos espaços para a moradia (SOUZA, 1994).

Tal fato permitiu que a classe operária morasse mais longe do trabalho:

Se antes a forma dominante de moradia centrava-se no parcelamento da habitação mediante aluguéis de cubículos, pois era imperioso morar próximo às fábricas, em momentos mais recentes baseia-se - sem excluir outras formas - no parcelamento do solo das múltiplas e distantes periferias, onde destituídas de serviços urbanos, os trabalhadores constroem suas casas próximas (KOWARICK e ANT, 1986:80).

A década de 1940 já aponta sinais mais explícitos e generalizados de autoconstrução nas periferias da cidade; "[...] as classes mais necessitadas têm apenas dois tipos de moradias a escolher: a casa feita com as próprias mãos e o cortiço" (RUDOLFER, apud BONDUKI, 1994:43).

Na década de 1940, com a revalorização da força de trabalho nacional, uma das palavras de ordem da Frente Negra Brasileira era promover nova territorialização do negro brasileiro mediante a compra de terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade, fundando núcleos

negros constituídos por casas próprias: "Para os membros da própria comunidade que já estavam 'integrados', a desmarginalização se coloca claramente em termos territoriais - era preciso sair dos cômodos e porões para organizar um novo território negro familiar" (ROLNICK, 1986).

No decênio de 1950, o favelamento em São Paulo tornou-se um problema social visível, uma vez que era encontrado nas regiões centrais da cidade, próximo ou nos bairros de classe média e alta, o que levou a pressões para que o poder público saneasse a paisagem. Logo em seguida, na década de 1960, em consequência disso, houve grandes ações de despejo e desfavelamento. Mas os moradores favelados não desapareceram, mudando-se para as áreas mais distantes da cidade.

A metropolização marchava aceleradamente com o ritmo industrial, mas delineando um padrão periférico de ocupação do espaço, à medida que se multiplicava a habitação popular nos bairros distantes da cidade. Parecia que, finalmente, se concretizava o sonho das elites - o distanciamento dos pobres. Acrescia-se a isso o elevado número de migrantes nordestinos que afluíam em busca de oportunidades de emprego e melhoria de vida em São Paulo.

O processo de urbanização da periferia, deixado a cargo da iniciativa privada, foi realizado até a década de 1970 com pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais. Segundo Caldeira (2000), a própria legislação garantia a expansão irracional da periferia, de acordo com a forma de abertura e venda dos lotes. A especulação imobiliária atraiu a população para a compra de lotes e para a autoconstrução, mas:

[...] desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e da fraude ao não suprimento de serviços urbanos básicos e desrespeito das dimensões mínimas dos lotes exigidos por lei. (2000:220).

Muitas famílias só descobriam as irregularidades quando começavam as construções, percebendo a falta de infra estrutura ou que as dimensões estavam abaixo dos limites exigidos por lei e, então, não podiam registrar seus títulos.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), na década de 1970 teve como objetivo promover a construção e o financiamento da casa própria para famílias de

baixa renda. No entanto, a classe média acabou se beneficiando dos financiamentos, pois podia pagar as prestações. Esse contexto marca o fim do chamado "pacto populista de classes". O golpe militar, ao reprimir os movimentos populares e retirar a autonomia dos municípios, aprofundou o modelo segregacionista desenvolvido nas metrópoles brasileiras. Os recursos eram repassados pelo governo federal e, em relação às políticas habitacionais, o BNH tornou-se o financiador da promoção imobiliária. Os recursos federais vinham da poupança voluntária (cadernetas de poupança) e compulsória (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS). A ação do banco, no entanto, era intermediada pelos agentes financeiros (sociedades de crédito imobiliários e bancos privados), o que resultou na drenagem de boa parte dos rendimentos do sistema para seus agentes. Assim, compreende-se que a lógica financeira pautada em correção monetária, mesmo com juros mais baixos, mas com níveis salariais reduzidos, era restritiva para as classes com poder aquisitivo baixo (MARICATO, 1990).

Na outra ponta dessa política de financiamento da casa própria estavam os financiamentos para a produção da infra-estrutura urbana, sobretudo nas áreas de saneamento e sistema viário, encarecendo a terra urbana ao incentivar a especulação imobiliária. Em virtude desses fatores cresceu o número de favelas em São Paulo. Com base em dados apresentados por Caldeira (1984:28-9), a população favelada cresceu mais entre 1975 e 1980 a uma taxa média de 19,1% ao ano: "Isso resultou que, em 1980, segundo dados do Censo, ela fosse de 335.344 pessoas, ou seja, correspondesse a 3,94% da população total do município, porcentagem essa nunca atingida anteriormente".

Deve ser lembrada aqui a fundação da Companhia Pública Municipal de Habitação (COHAB), em 1965, com a finalidade de financiar moradias para as famílias com renda inferior a cinco salários mínimos (justamente a faixa que não alcançava os financiamentos do SFH). Segundo Kowarick e Bonduki (1994), embora o número de favelados e cortiçados supere os mutuários da COHAB, houve intensificação da produção habitacional gerida pelo município até 1979.

Nesse mesmo período, durante a década de 1970, houve expansão da oferta de apartamentos pela cidade destinados, sobretudo, às classes média e alta. O Código de Zoneamento de São Paulo (1972) permitiu o adensamento de prédios, mas principalmente em partes cada vez mais distantes do centro, pois os preços dos terrenos aumentaram, inclusive porque "a maior parte

dos bairros de elite ficou em zonas classificadas como exclusivamente residenciais” (CALDEIRA, 2000:227). Segundo a autora, as construções dirigiam-se, mormente, para a região sudoeste e, nesse período, construíram-se os primeiros condomínios fechados. Os prédios comerciais e de escritórios acompanharam essa tendência, distribuindo-se entre a avenida Paulista, os Jardins e a avenida Faria Lima.

Desde a década de 1980 constata-se o esgotamento do padrão periférico da cidade. Nesse momento, percebe-se que muitos trabalhadores pobres não têm mais condições de comprar um lote na periferia, nem de autoconstruir. Outro aspecto foi a diminuição da oferta de lotes populares por causa da redução dos loteamentos clandestinos, até porque a legislação dificultará o aparecimento destes. O resultado dessa combinação de empobrecimento e processo de legalização dos lotes mais a melhoria da infra-estrutura urbana nos bairros periféricos tornou a periferia mais cara (CALDEIRA, 2000:231). A consequência principal foi a procura das regiões centrais pelos trabalhadores, principalmente pelos cortiços, para ficarem mais próximos dos locais de trabalho e diminuir os custos com o transporte.

Se a periferia constituiu-se como lugar de representação da exclusão tornou-se, ao mesmo tempo, espaço de organização dos movimentos populares: movimentos para obter água e esgoto, pela melhoria dos transportes e pela construção de creches se organizaram pela cidade. Em que pese a repressão à luta sindical, aos partidos de esquerda, esse conjunto de mobilizações fez parte de uma luta mais geral contra o regime militar. Importante se faz ressaltar a formação das Associações de Moradores, reivindicando melhorias urbanas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clubes de mães e outras formas de organização popular. Esse processo revela a identificação dos problemas sociais e o sentimento da necessidade de encontrar formas de resistência. As greves dos metalúrgicos e a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a organização dos moradores das periferias constituíram, assim, “consciência de exclusão e insubordinação” (KOWARICK e BONDUKI, 1994:158):

Apesar da reversão do processo de expansão da periferia na cidade de São Paulo, a década de 1990 não apresenta uma conjuntura favorável à solução dos problemas habitacionais. Desde a década anterior, as ocupações e as invasões em áreas públicas ou particulares impõem um modo de constituição da moradia, já que a vida ficou mais cara na periferia, pois nem favelas ou cortiços são suficientes para abarcá-las. Veremos no

Capítulo 3 como esse processo é expressivo na formação do bairro de Capão Redondo:

[...] as invasões/ocupações organizadas de terra ganham impulso, revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo[...] (KOWARICK, 1994:162).

A Secretaria de Planejamento de São Paulo estimou que cerca de 65% de toda a população da cidade na década de 1990 morava em residências com pelo menos uma das várias formas de ilegalidade.

Caldeira (2000) entende que, nesse período, ocorre nova forma de segregação, caracterizada por processos combinados de “enobrecimento e decadência”; bairros bem equipados e enclaves fechados de classe média e alta em regiões distantes da cidade; mudança dos empregos terciários para áreas ainda não urbanizadas e oposição mais visível entre um leste mais pobre e um oeste mais rico. A segregação socioespacial demarcada pela formação das periferias, em que as classes sociais não se tocavam, tem sido substituída por uma aproximação entre estas, tanto pela vinda dos mais pobres para as regiões centrais - seja para os cortiços, para baixo das pontes e para a mendicância, seja pela saída dos mais ricos para os condomínios fechados localizados em áreas periféricas. Mas essa aproximação física vem sendo mediada pela construção dos muros que cercam as propriedades e por sistemas de vigilância que constantemente monitoram a ameaça de assaltos, furtos e mortes:

[...] é uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política (2000:25-5).

Seabra (1990) destaca que a partir da década de 1970 o “fenômeno metropolitano” parece “explodir” e cada vez mais o tema da segurança faz parte da vida urbana e se expressa materialmente na cidade:

[...] praças e jardins estão cercados, Igrejas cercadas, muros altos, aliás cada vez mais altos; muros que protegem mas isolam; grades em profusão, lanças em profusão. Alarmes, *Walk-talks*, *interfones*, sirenes,

cabines de vigilância, bairros inteiros cercados, guardas armados, cachorros e vigilantes [...] É a síndrome do medo que suporta como contrapartida a indústria da segurança (1990:124-5).

A autora chama a atenção para a forma de um "urbanismo policial" - a resposta para o medo e a insegurança é expressão do individualismo e do fim do espaço público.

Segregação socioespacial e racial – periferia ou gueto?

Para elucidar a forma da segregação socioespacial atual em São Paulo é necessário verificar a natureza da conformação recente dos espaços urbanos denominados até agora periféricos pelas análises do crescimento da cidade. O modelo passa pela idéia de que se tratava de lugares onde terrenos da cidade foram incorporados pela especulação imobiliária com vistas ao financiamento privado para a classe trabalhadora. Logo, implicavam dois fatores: a existência de renda para a compra do terreno por parte do trabalhador e também para a construção com recursos próprios, e a força de pressão social para obrigar o poder público a realizar benfeitorias nos bairros. Claro está que nesse empreendimento capitalista as populações urbanas de menor renda obtinham sua moradia a custo elevado, enquanto a abertura de lotes se fazia em ritmo acelerado, incluindo a clandestinidade de muitos deles.

As "periferias" vinham sendo caracterizadas pela sociologia urbana como espaços urbanos de concentração de pobreza e homogêneas no sentido do processo de atuação do poder público (TORRES et al, 2003). A percepção do contraste entre pobreza e riqueza dava à cidade um aspecto dual (ROLNICK, 1997), marcando uma configuração urbana "radial-concêntrica". No entanto, a nova forma dos empreendimentos urbanos destituiu o desenho antigo. A riqueza e a pobreza agora andam lado a lado, separadas por uma arquitetura segregacionista e policialesca.

Essa realidade urbana não se restringe somente às cidades brasileiras, mas está presente em outros centros latino-americanos, no capitalismo periférico, e também se estende atualmente aos países centrais. Wacquant

(2001) encontra semelhanças na marginalidade urbana em alguns países: favela (Brasil), *poblacione* (Chile), *villa miseria* (Argentina), *ranchos* (Venezuela), *banlieue* (França) e *gueto* (Estados Unidos). Trata-se, segundo o autor, de lugares estigmatizados, que atraem a atenção da mídia, do poder público, da sociedade e da polícia. Seus signos são, na maioria das vezes, negativos, pois envolvem o medo e o preconceito sobre lugares onde predominam o crime, a violência, o vício, a desintegração social e moral. As análises sociológicas norte-americanas, sobretudo na década de 1980, têm convergido para a conceituação de *underclass* como expressão ideológica que denota o caráter de marginalização atribuído pelas classes médias às populações pobres das cidades norte-americanas. Reemergindo no campo midiático, esse conceito foi sendo redefinido pelo discurso repressivo e moralizador, conceito que atribui a culpa da pobreza aos próprios pobres.

Quadros similares podem ser distinguidos no discurso sobre as altas taxas de criminalidade existentes nas periferias de São Paulo. Análises sobre o aumento das penas ou sobre a diminuição da idade penal aparecem em relação aos crimes (seqüestros, assassinatos e roubos). Bairros como Cidade Tiradentes, Jardim Ângela e Capão Redondo são apontados pelas pesquisas e pelos noticiários como os primeiros no *ranking* de homicídio, escassa presença de equipamentos urbanos (escolas, creches, vagas nas escolas públicas, parques e áreas verdes ou de lazer) e contínuo processo de favelamento.⁴

No entanto, Wacquant (2001:11) alerta para que se evite comparações que apontem para formas de "guetização" da miséria ou de áreas de exclusão em outras realidades urbanas. É necessário, segundo ele, diferenciar as condições sociais características de "uma área de banimento, sua posição no sistema hierárquico de cada sociedade, e a função que exerce na organização social de cada metrópole". Seu estudo volta-se para as novas formas de exclusão existentes nas metrópoles, se baseando em uma comparação entre o "hipergueto" dos Estados Unidos e a *banlieue* francesa, que, segundo este autor, revelam o "reaparecimento de realidades reprimidas, como a violência coletiva, a miséria e a divisão etnoracial nas metrópoles do Primeiro Mundo nas três últimas décadas". A sua análise enfoca o banimento e o isolamento verificados em "zonas raciais" sob a

4- Ver: SPOSATI, A. Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo - 2000 (dinâmica social dos anos 90). São Paulo: Polis/INPE/PUC/SP, 2002.

ação do Estado e consolidadas pelas diferenças de classes sociais, no que ele denomina o "Cinturão Negro", nos Estados Unidos e, principalmente, baseados em diferenças de classes no "Cinturão Vermelho" parisiense.⁵

O gueto norte-americano remonta à fase inicial de "exclusão racial nas primeiras décadas do século XX", diz Wacquant que, em seguida, acrescenta como esse confinamento racial só se realizou plenamente em relação aos negros:

De início, deve-se enfatizar que os negros são o único grupo que vivenciou a guetização na sociedade norte-americana. Imigrantes brancos de várias procedências periféricas (italianos, irlandeses, poloneses, judeus, etc.) viveram inicialmente em *bairros étnicos* heterogêneos que, embora pudessem parecer favelas, eram temporários e na maior parte, estações intermediárias voluntárias no caminho da integração a uma sociedade branca variada [...]. A segregação neles era apenas parcial e baseada numa mistura de classe, nacionalidade e cidadania (2001:53).

As diferenças entre o gueto dos anos 1950 e o "hipergueto" atual se baseiam na diminuição da migração de negros provenientes do Sul atraídos pelo crescimento industrial do pós-guerra e devido à mecanização da agricultura. Ao contrário, o gueto, atualmente, sofre despovoamento, pois tão logo algumas famílias alcançam melhorias em sua situação econômica, sua disposição é a de sair em busca de ambientes menos degradados. A degradação dessas áreas, segundo o autor, remonta à diminuição da cobertura social do Estado de Bem-Estar Social, à redução do número de pessoas empregadas e às reformulações na previdência social. Hoje, o que se percebe é que as condições econômicas criadas para fazer recuar a participação do Estado na assistência social são os principais responsáveis pelo empobrecimento dos negros do gueto.

5. O "Cinturão Negro" refere-se ao gueto norte-americano (situado nas áreas centrais de Chicago e Nova York) em oposição ao "subúrbio", notadamente bairros de classe média branca e negra. O autor mostra que os bairros latinos e de outras nacionalidades são, normalmente, zonas de contato entre o subúrbio e o gueto. É possível identificar, assim, algumas diferenças entre o gueto e as periferias das cidades brasileiras, grosso modo distantes do centro. O "Cinturão Vermelho" refere-se às áreas suburbanas de Paris, tradicionalmente identificadas com locais de moradia da classe operária, mas para onde os trabalhadores estrangeiros (árabes, principalmente) têm migrado nas últimas décadas.

O recuo do Estado de Bem-Estar Social está ligado, na década de 1980, à "era Reagan", ganhando espaço pressões políticas para o reordenamento da função do Estado por meio de forças conservadoras das corporações, dos bancos e da emergência dos valores do mercado como fórmula de sucesso e inserção social, ao mesmo tempo que ocorre um processo de reestruturação produtiva (Terceira Revolução Industrial) e desindustrialização dos antigos centros industriais, enquanto novas regiões são procuradas pelas empresas em busca de matérias-primas mais abundantes e baratas, para fugir, tanto dos sindicatos fortes como de suas pressões por salários mais elevados.

Chicago era uma cidade industrializada nos anos 1950 e teve seu nível industrial declinante, ocorrendo queda de 77% no número de pessoas empregadas em 1980. Segundo Wacquant:

Em 30 anos, o número de operários e trabalhadores despencou de 33.808 para 4.693, o de artífices, de 6.564 para 1.338, enquanto o correspondente aos empregados domésticos e de serviços, de 25.181 para 5.283. E, enquanto a classe média negra da cidade se multiplicou por cinco, entre 1950 e 1980, o número de trabalhadores, gerentes e profissionais *White-Collar*, que viviam no Centro da cidade foi reduzido à metade, de 15.341 para 7.394 (2001:58).

O avanço da degradação dos guetos das áreas centrais das cidades norte-americanas levou à fuga da classe média negra para os subúrbios, próximos aos bairros brancos. Essa diferenciação social negra acompanhou o abandono das instituições daqueles primeiros. Ao mesmo tempo, o governo patrocinou moradias públicas nas áreas de guetos existentes, mas formando aglomerações cujo padrão de segregação racial era dominante. Nos guetos centrais, aglomeraram-se moradias que lembram as favelas brasileiras. A própria política habitacional favorece a segregação racial, seguindo a opção das classes médias brancas de morar em locais onde há a menor porcentagem possível de negros (WACQUANT, 2001).

Assim, a transformação da economia norte-americana de um sistema "fordista" para o sistema flexível, caracterizado pelo crescente setor de serviços, bem como a deterioração da previdência social agravaram a segregação racial e podem ser apontadas como fatores determinantes da formação do "hipergueto", fazendo recair sobre o negro os problemas que

essas transformações econômicas e políticas produzem. O final do século XX aponta para o enfraquecimento das instituições de solidariedade e mobilizações coletivas que marcaram as reivindicações dos anos 1950, causando o desolamento social e econômico e a emergência de outras instituições, como gangues, tráfico de drogas, assaltos e homicídios.

A *banlieue* não pode ser considerada um gueto. Bairro e gueto são oriundos de diferentes critérios e formas de "triagem social". O primeiro, notadamente, é de origem de classe, e o segundo, de origem racial. Em todo caso, as áreas suburbanas de Paris fazem eclodir a "cultura do medo". A difusão pela mídia de que os bairros operários em declínio estão próximos à "anomia", graças ao isolamento, à deterioração do meio ambiente e à concentração de "imigrantes", levou à sua identificação como formação de "guetos étnicos". O Relatório do Programa de Desenvolvimento Social de Áreas, publicado pela Documentação Francesa em 1988, busca limitar os "fenômenos de guetos e (os) riscos de explosão social a que eles induzem" (LENOIR et al apud WACQUANT, 2001:116).

Embora *banlieue* e gueto possam ser identificados pela forte concentração racial - "enclaves identificados como tais tanto pelos que lá vivem ou os que o temem" - trata-se de espaços urbanos diferenciados. Os níveis de desemprego e baixos salários, bem como o estigma do "bairro do medo" (Estados Unidos) e a "lixreira de Paris" (2001:119) são semelhanças contundentes em sociedades onde o efeito das reestruturações produtivas e o recuo do Estado na tarefa de cobertura social se faz sentir. Mas, Wacquant (2001:120) vê diferenças inquestionáveis. O gueto de Chicago possui entre 400 e 700 mil habitantes, em Nova York, um milhão de habitantes e no *South Central* e Compton (Los Angeles), centenas de milhares. Na periferia de Lyon ou ao norte de Marselha, os números são mais modestos: no conjunto habitacional de *Quatre Mille (La Courneve)*, por exemplo, moram cerca de 13 mil pessoas. Há, para o autor, diferenças "funcionais e ecológicas" entre os dois conceitos. A *banlieue* não é um espaço funcional, mas "ilhas" de alojamentos públicos. O gueto seria um continente dotado de uma divisão do trabalho social - uma "cidade negra" (2001:122). As *banlieues* seriam pluriétnicas, os guetos, negros. Estes são herança histórica de mecanismos de exclusão racial. Em *La Courneve*, 80% da população é francesa. Por fim, Wacquant chama a atenção para projetos públicos de renovação, como o Desenvolvimento Social dos Bairros (DSQ) e o da Renda Mínima de Inserção, que, se não solucionam totalmente o

problema, minimizam os impactos do desemprego e da degradação social. Conclui o autor que essa política “destoa fortemente da política de abandono urbano de Washington, que combinada à persistência da segregação racial, constitui uma das principais causas da acumulação das desarticulações sociais no interior do gueto negro” (2001:127).

Quanto à cidade de São Paulo, a constituição de espaços segregados apresenta semelhanças com as cidades norte-americanas e a *banlieue*? Como podemos analisar a segregação espacial em São Paulo em relação à questão racial? Podemos identificar uma guetização na cidade de São Paulo?

Evidentemente, o modelo de segregação espacial em São Paulo não corresponde ao gueto. Esse fato se deve à forma pela qual o negro brasileiro foi inserido no mercado de trabalho e como sua assimilação à cidadania e ao território se baseou na constituição de mecanismos fortemente ideológicos. A nova forma de definição dos espaços da cidade aponta para **esses** mecanismos que recriaram a condição do negro. O que produz **semelhanças** entre as periferias de São Paulo e o gueto e a *banlieue* é que a **reordenação** das prioridades do Estado e a aceleração da abertura da economia brasileira, durante a década de 1990, vêm acentuando as exclusões.

O neoliberalismo praticado nos anos 1990, com a abertura da economia brasileira às importações, a política de privatização e a entrada de capitais especulativos e o controle da inflação implantou novo modelo econômico.

Esse ciclo de reformas acelerou a integração das economias da periferia do capitalismo ao mercado global, sustentando-se no discurso governamental de que seriam inevitáveis e sem retorno. A promessa de recuperação em médio prazo do crescimento interno apontava a possibilidade de saltos qualitativos para a participação do Brasil na modernidade, o que fomentava a idéia de diminuição das desigualdades de renda - problema histórico e crucial para a conquista da democracia em nosso país.

No entanto, assistiu-se à renúncia de projetos nacionais que maximizavam as vantagens oferecidas pelo mercado globalizado à economia e à sociedade brasileira.

A polarização interna é apresentada pelos níveis de crescimento do desemprego e pelo distanciamento entre os mais altos e os mais baixos rendimentos. No nível internacional, sua consequência é a do

aprofundamento da distância entre os países centrais da economia mundial, que concentram as novas tecnologias e os países da periferia do sistema.

Os países periféricos não se apresentam mais apenas subordinados aos interesses imperialistas, no sentido clássico, dos primeiros em relação aos intercâmbios desiguais entre matérias-primas e produtos industrializados como antes. Eles não têm mais sido atraentes do ponto de vista do interesse econômico (recursos naturais) nem estratégico (órbita de controle dos países durante a Guerra Fria). São considerados locais de pobreza e deixados como continentes esquecidos ou transformados em economias processadoras.

As consequências do novo patamar de reestruturação produtiva capitalista para a cidade de São Paulo têm-se revelado no processo de migração de capitais para o interior paulista e modernização de outras capitais brasileiras. No entanto, o processo de desconcentração industrial não foi acompanhado pela descentralização do capital (CARLOS, 2001). A reprodução do capital sugere sempre nova forma de ordenação do espaço, gerando espaços diferenciados e produzindo, por sua vez, novas relações. Cabe indagar quais são as novas relações que estão sendo produzidas no atual momento na metrópole:

A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial vem-se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno de serviços, comércio, setor financeiro -, como condição de desenvolvimento, em uma economia globalizada. Tal transformação requer a produção de outro espaço, condição da acumulação, que se realiza a partir da expansão da área central da metrópole (até então lugar precípua à realização dessa atividade) em direção à região Sudoeste da metrópole (2001:21).

O crescimento da cidade e as operações urbanas constituem nova centralidade, trazendo revalorização do espaço urbano, como foi o caso da Operação Urbana Faria Lima, que atraiu empresas modernas e deu lugar ao aparecimento de novas atividades provocadas pelas condições de escoamento viário.

Outra consequência das políticas adotadas na década de 1990 para a cidade de São Paulo recai sobre o aumento das taxas de desemprego. Em 1999, 7,8% da população brasileira estavam sem emprego. Na Região

Metropolitana de São Paulo, o total chegou a 19,5% (MATTOSO, 2001:12-3). Essas taxas, recolhidas pela PED/SEADE-DIEESE-PME/IBGE, envolvem algumas variáveis, como o emprego aberto (trabalhadores sem qualquer trabalho que tenham exercido algum ato de busca de emprego nos sete dias que antecederam a pesquisa), oculto pelo trabalho precário (trabalhadores desempregados que exerceram algum tipo de bico e buscaram emprego) e pelo desalento (trabalhadores desempregados que, por motivo de desalento, não buscaram emprego no período de referência).

As implicações do aumento das taxas de desemprego para São Paulo são visíveis pelo empobrecimento da população, pelo aumento dos moradores de rua e pela violência. Está claro que o incremento das taxas de desemprego em um país periférico como o Brasil encontra um diferencial em relação aos países centrais: "Em países como o Brasil, não somente o mercado de trabalho não alcançou os níveis de integração e homogeneização dos países avançados, como o atual grau de desestruturação desse mercado é muito mais acentuado" (MATTOSO, 2001:12).

Segundo Maricato (2000:154-5), "O município de São Paulo tinha perto de 1% de sua população vivendo em favelas no início dos anos 1970 e tem quase 20% no início dos anos 1990". Esse fato está relacionado, segundo a autora, ao custo da reprodução da força de trabalho que, no Brasil, nunca incluiu o custo com moradia. Trata-se de um processo histórico secular, em que "o consumo da mercadoria habitação se deu, portanto, em grande parte fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção".

Percebe-se, também, que o padrão urbanístico e o planejamento urbano no Brasil são elaborados por um conjunto de legislações que incluem Planos Diretores e zoneamentos, baseados em idéias concebidas a partir de outras realidades nacionais. Os planos de embelezamento e de higienização da cidade, bem como os projetos funcionalistas de estruturação urbana (sistema viário, alargamento de ruas, estabelecimento de procedimentos, padrões de edificação) concorreram para se pensar a cidade segundo os ideais modernizadores e com base no princípio de "superação do subdesenvolvimento do país". Mas prossegue a tendência de se ignorar as contradições que o processo move, uma vez que a valorização das propriedades fundiárias termina por orientar a localização dos investimentos públicos, incluindo o sistema viário.

Qual é a cor da pobreza?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, pela classificação Categorias Sócio-Ocupacionais, enfocou o estudo da inserção da força de trabalho na estrutura ocupacional segundo a cor (OLIVEIRA et al, 1985). Observando dois grupos de profissionais - os que exercem trabalhos manuais e os de trabalhos não - manuais - verificou-se a composição de 39 milhões de trabalhadores em 1976. Desses, 57,1% declararam-se de cor branca, 30,9%, de cor parda e 9,3%, de cor preta. Tais ocupações diferenciam-se, sendo que, enquanto 23,1% dos brancos possuíam ocupações não-anuais, pretos e pardos tinham 4,7% e 9,9%, respectivamente. Com relação às ocupações manuais agrícolas - as que apresentam menor rendimento e menor nível de qualificação educacional - havia 44,4% dos pretos e 42,8% dos pardos. A proporção de brancos era da ordem de 30%.

Os dados a respeito dos anos de estudos conforme a cor mostram a média de 4,8 para os pretos e 6,5 para os pardos, enquanto para a população branca foi de 9,7.

Distribuição porcentual dos trabalhadores autônomos manuais urbanos por cor, segundo os setores - 1976:

Setores	Total	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos e S/decl.a cor
Total	4.231.085	58,0	7,4	30,4	4,2
Transformação	1.296.873	55,8	7,2	32,0	5,0
Construção civil	543.666	53,1	10,3	32,9	2,7
Comércio	1.494.164	61,4	5,3	29,1	4,2
Transportes	407.000	73,8	4,4	20,3	1,5
Prest. de Serviços	462.059	44,8	13,5	35,7	6,0

Fonte: OLIVEIRA, L. E., PORCARO, R. M. e ARAÚJO, T. C. "O lugar do negro na força de trabalho". Secretaria de Planejamento da Presidência da República - FIBGE, 1985.

A análise do quadro acima demonstra que somente no setor de Prestação de Serviços, o somatório das categorias pretos e pardos tornava-se superior à categoria dos brancos.

6. IBGE "O lugar do negro na força de trabalho", de 1985.

No que diz respeito à participação de brancos e negros em alguns cortes percentuais da distribuição do rendimento da força de trabalho, o estudo mostra os seguintes indicadores (1985:58:9): a diminuição do número de negros (pretos e pardos) nas camadas da força de trabalho consideradas mais ricas: dos 5% com maiores rendimentos, 85,5% são brancos, 1% é preto e 9,9% são pardos. Entre os 10% da força de trabalho que representam a população mais pobre, os brancos totalizam 40,1% e os negros, 56,6% (17,4% de pretos e 39,2% de pardos). Entre os 20% da força de trabalho com menor rendimento, essas proporções se mantiveram. Com relação aos 50% mais pobres, a proporção de brancos foi de 47,8% e a de pretos e pardos de 13,1% e 36,7%, respectivamente.

A discrepância racial nos grupos dos mais ricos é a seguinte: o 1% dos brancos mais ricos ficou com 17,9% do rendimento total dos brancos; o 1% dos pardos mais ricos ficou com 14,4% e o 1% dos pretos com 8,9%. Tais indicadores demonstram que os brancos ricos são muito mais ricos do que os negros ricos.

Na década de 1990, segundo pesquisa realizada pelo IPEA (NOSSA, 2002), a desigualdade racial se manteve. Esse estudo mostrou que a pobreza atingiu 51% de todas as crianças brasileiras até seis anos de idade, mas esse índice se divide entre 38% (brancos) e 65% (negros). De sete a catorze anos, 61% são negros pobres e os brancos são 33%. Vivem na pobreza 46% dos negros e 22% dos brancos de quinze a 24 anos. Quanto à escolaridade, jovens brancos de 25 anos passaram 2,3 anos a mais que os colegas negros da mesma faixa etária. Dos 22 milhões de brasileiros na extrema pobreza - aqueles que não consomem o nível de calorias recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) -, 70% são negros.

A pesquisa do IPEA, de 2001, aponta que a quantidade de negros pobres é sempre maior: "No ano de 1999, 89% dos brancos entre 18 e 25 anos não havia ingressado na universidade, ante 98% dos negros".

Quanto à distribuição da população total e das populações pobre e indigente segundo a cor, em 1999 (%), há os seguintes dados (FARID, 2001):

População indigente:	30,73 (branca) e 68,85 (negra)
População pobre:	35,95 (branca) e 63,63 (negra)
População total do Brasil:	54,02 (branca) e 45,33 (negra)

A situação das mulheres negras, segundo o estudo do Seade,⁷ publicado em 2002, indica que entre as mulheres negras havia 25% da População Economicamente Ativa (PEA), sem emprego. Entre as mulheres não-negras (brancas e amarelas), 19% não encontravam ocupação. Segundo a pesquisa, entre grupos comuns, como mulheres negras e homens negros, "elas mantêm desvantagem. Tanto que entre as negras com ensino médio completo, o desemprego é de 21,6%, taxa compatível à de trabalhadores negros que só concluíram o ensino fundamental". As mulheres estão entre a maioria dos desempregados - 52,4% do total de contingente em 2000. Ainda com base no estudo, a população negra representava 31,6% da força de trabalho, mas correspondia a 39% do total dos desempregados. O boletim conclui: "Se o sexo discrimina, a situação fica ainda mais desfavorável quando associada à condição de ser negra".

O espaço revela as relações sociais, econômicas e culturais, logo as relações contraditórias capitalistas se revelam em sua espacialização. Nesse sentido, o afro-descendente no espaço urbano insere-se nas desigualdades apresentadas pelo traçado histórico realizado. No entanto, em São Paulo, grande parcela da população negra pobre apresentada pelos indicadores sociais se torna invisível quanto à sua espacialização. A geometria da cidade esconde sua concentração nos redutos pobres e distantes dos centros. (MAPA 4 e MAPA 5)

Vimos no início deste capítulo como se constituíram e reconstituíram-se novos territórios negros a partir das redefinições do espaço urbano no final da escravidão. Na Primeira República, a territorialidade paulistana, longe de se dividir em guetos, podia ser identificado em espaços segregados com limites definidos, onde certos grupos étnicos predominavam (ROLNICK, 1997:75:90). Segundo a autora, o estudo de Samuel Lowrie sobre a distribuição de negros e mulatos na capital demonstrava sua concentração no bairro do Bixiga e na Barra Funda. Novos núcleos também surgem na Saúde, na Casa Verde e no Limão (OLIVEIRA, 2001). Nesse sentido, a população ia se tornando mais escura à medida que se afastava em direção à periferia, com concentrações mais altas em Pirituba, na Zona Norte, e

7. Boletim da Seade - Mulher e Trabalho, edição especial para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, da ONU, em Durban, África do Sul (FROUFE e BREDARIOLI, 2001).

Lageado, na Zona Leste e em outros distritos da cidade.

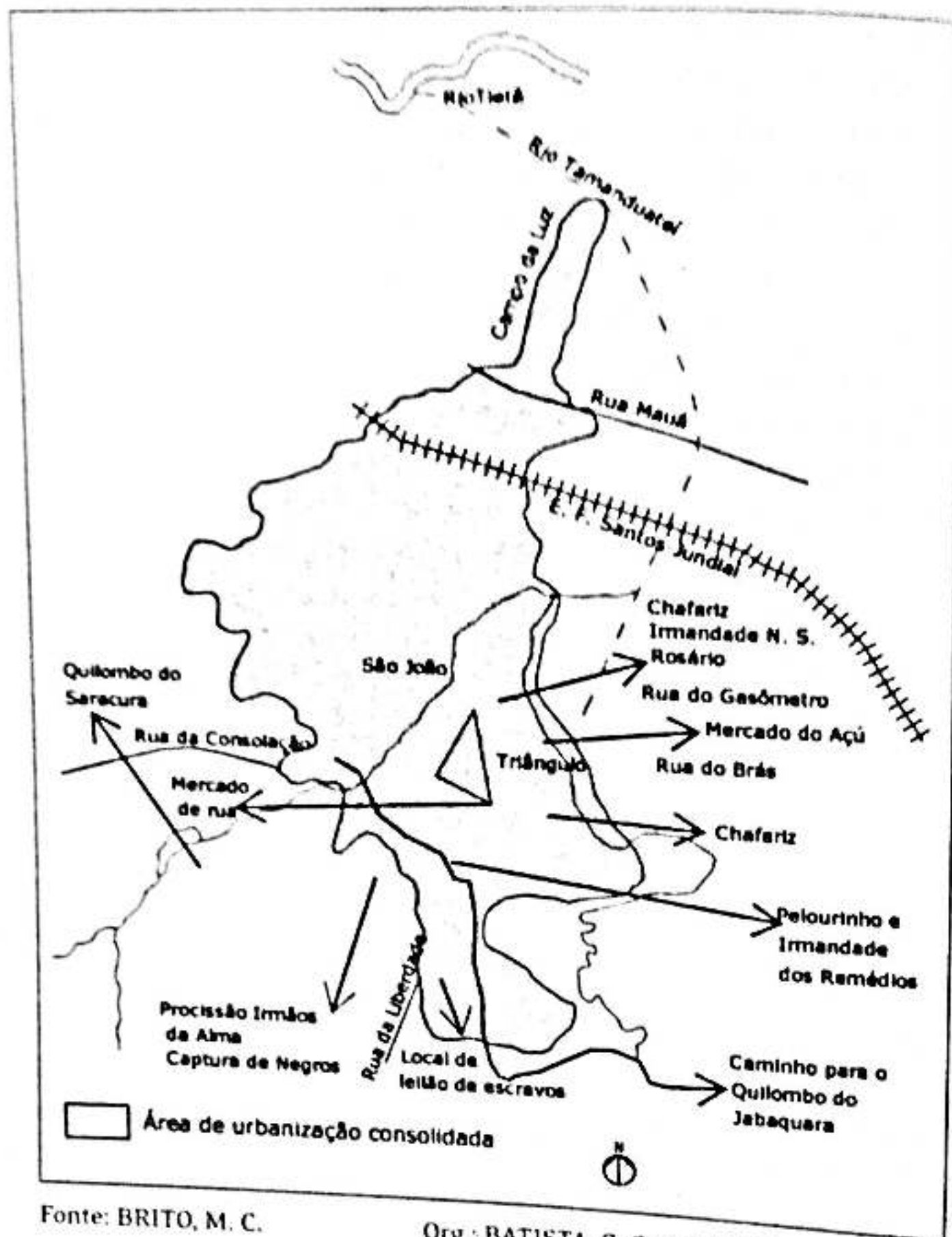
A análise dos indicadores socioeconômicos antes apresentados demonstra a correlação entre pobreza e moradia e também entre cor e pobreza, o que já nos permite a hipótese de que, no Brasil atual, o fator etnoracial continua sendo uma das faces das desigualdades capitalistas. Longe de se revelar apenas nos números, implica segregação socioespacial próxima aos guetos norte-americanos, expressando-se como territórios de "banimento e isolamento" (WACQUANT, 2001).

As novas funções da favela e dos conjuntos habitacionais para os pobres da cidade acompanham às do gueto e da *banlieue*, qual seja, a de conter de forma repressiva os pobres. Paralelamente a esse processo de contenção por políticas focais, igrejas evangélicas, exigem-se investimentos no sistema penal. Partes das cidades transformam-se em sistemas próximos às prisões, porque a questão é: o que faremos com os pobres?

Para aprofundar a discussão sobre as novas funções da periferia e a espacialização da cor da pobreza recorreremos às formas de segregação socioespacial e racial a partir do bairro de Capão Redondo.

Mapa 1 - Cidade de São Paulo - 1881

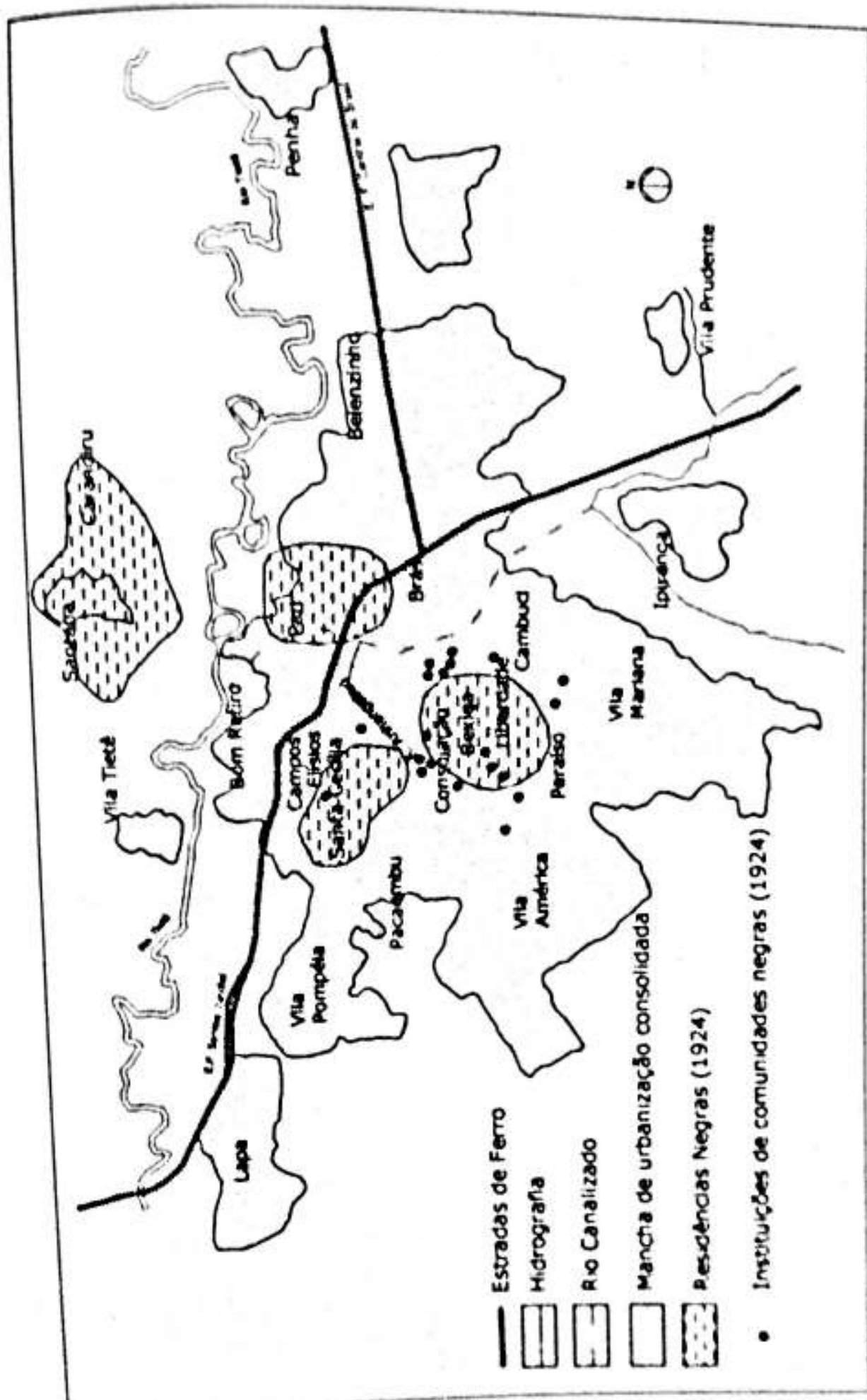
Territórios Afro brasileiros



Fonte: BRITO, M. C.

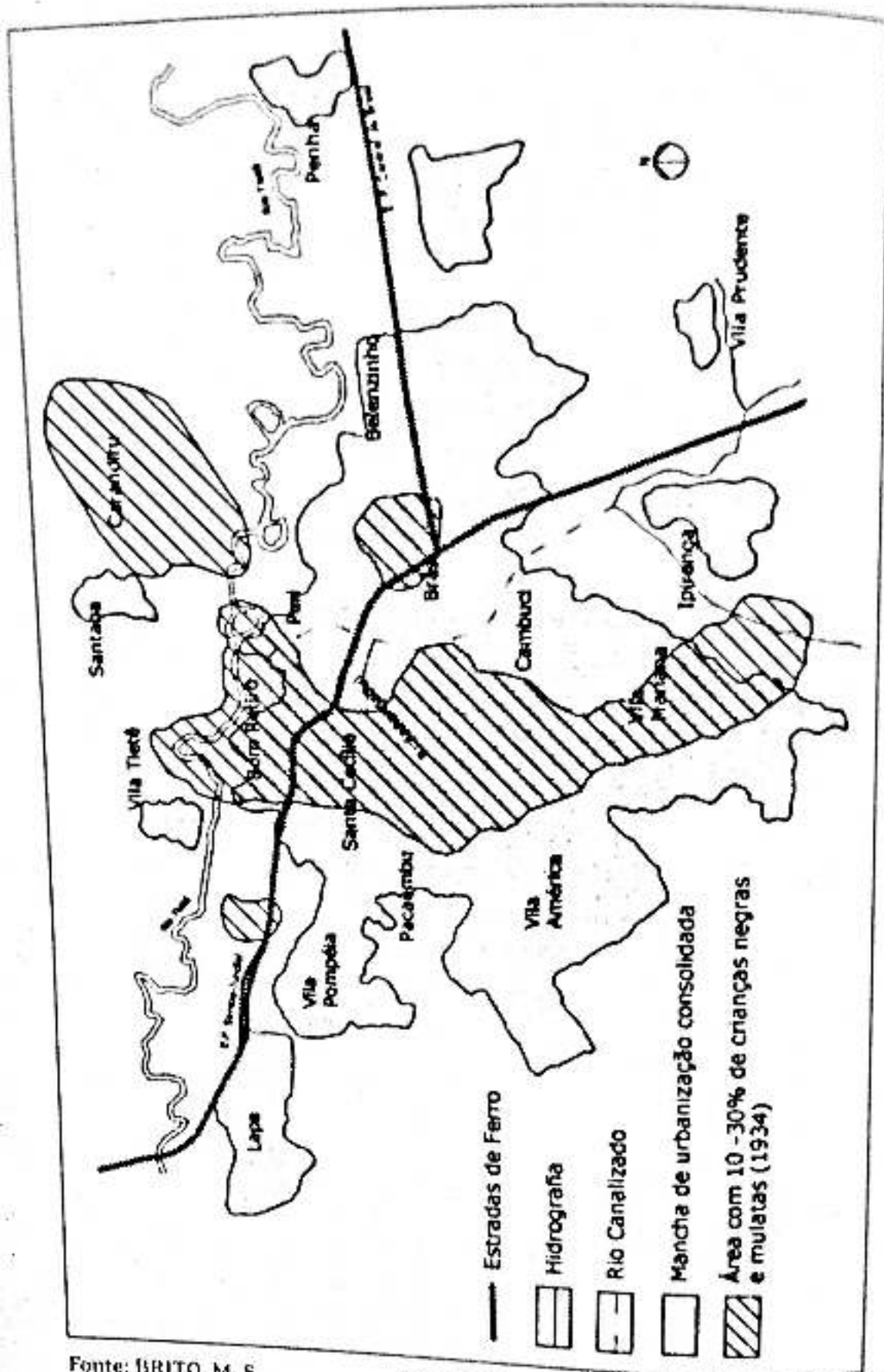
Org.: BATISTA, S. C.; OLIVEIRA, W. F. (2003)

Mapa 2 - Cidade de São Paulo - 1924
Territórios Afro-brasileiros



Mapa 3 - Cidade de São Paulo - 1934

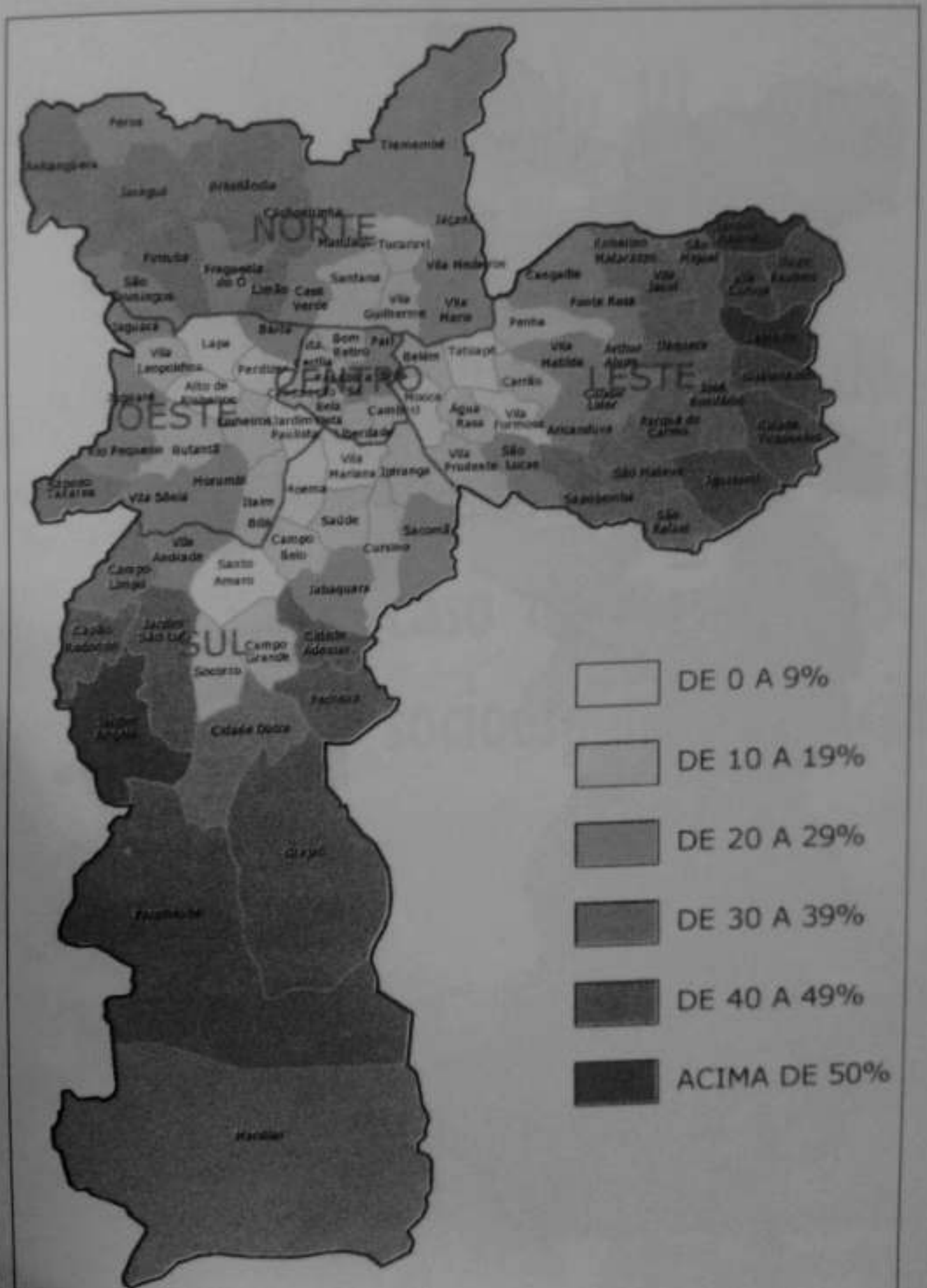
Territórios Afro-brasileiros



Fonte: BRITO, M. S.

Org.: BATISTA, S. C.; OLIVEIRA, W. F. (2003)

Mapa 4 - A Cor da Desigualdade 1991



Mapa 5 - A Cor da Desigualdade 2003

